



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

113

Terceira Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento nº 304174-7 - Panelas (Vara Única)

Agravante : Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Panelas -
PANELASPREV

Advogado : Cinthia Rafaela Simões Barbosa PE32817

Agravada : Carmelita Mendes Saraiva

Advogado : Brunno Amazonas Galvão PE024795

Relator : Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA ANTECIPADA. MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA. ADMISSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 729 DO STF. PERICULUM IN MORA CARACTERIZADO. AVILTAMENTO DE VERBA ALIMENTAR. VEROSSIMILHANÇA CONFIGURADA. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. DIREITO ADQUIRIDO. ULTERIOR SUPRESSÃO DA RUBRICA PELA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. IRRELEVÂNCIA. CARÁTER PROPTER LABOREM DA PARCELA NÃO-RECONHECIDO. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - É firme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido da possibilidade de concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública quando a medida tiver conteúdo previdenciário;

2 - Patente é o periculum in mora que aflige a autora/agravada, privada de parcela da ordem de 25% de seus proventos, atinentes ao adicional por tempo de serviço;

3 - A supressão do adicional por tempo de serviço da legislação municipal não é apta para extirpar, do patrimônio jurídico da autora/agravada, as parcelas atinentes aos períodos já incorporados, em vista da proteção constitucional ao direito adquirido;

4 - O adicional postulado não tem caráter propter laborem, haja vista que não decorre das funções atualmente desempenhadas, mas do período de trabalho já prestado à Administração;

5 - Agravo de Instrumento que se nega provimento por unanimidade.

ACÓRDÃO

04

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Agravo de Instrumento nº 304174-7**, em que figuram como Agravante **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Panelas - PANELASPREV**, e, como Agravada, **Carmelita Mendes Saraiva**, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes, nesta sessão de julgamento, da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento** ao Agravo de Instrumento, tudo conforme relatório e votos em anexo que, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 07 de JULHO de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



109

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Terceira Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento nº 304174-7 - Panelas (Vara Única)

Agravante : Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Panelas -
PANELASPREV

Advogado : Cinthia Rafaela Simões Barbosa PE32817

Agravada : Carmelita Mendes Saraiva

Advogado : Brunno Amazonas Galvão PE024795

Relator : Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

RELATÓRIO

04

De proêmio, adoto aquele Relatório que elaborei à época em que proferi decisão interlocutória (fls. 91/92v) acerca do pedido liminar recursal aqui veiculado, o qual, adianto, restou indeferido:

"Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Panelas - PANELASPREV em face de Carmelita Mendes Saraiva, impugnando decisão interlocutória da lavra do MM. Juiz de Direito em exercício na Vara Única da Comarca de Panelas, Dr. Francisco Jorge de Figueiredo Alves, nos autos da Ação de Cobrança de Diferença de Vencimentos - Piso Salarial e Gratificações nº 925-82.2012.8.17.1050 (NPU), pela qual foi concedida a tutela antecipada, no sentido de determinar o pagamento, a partir da citação, dos vencimentos da autora de acordo ao piso salarial da categoria (magistério), acrescido das gratificações a que ela tenha direito.

Em sua peça recursal, o agravante sintetiza a causa, narrando ter, a agravada, ajuizado a ação originária visando o reajustamento de seus proventos de professora municipal aposentada para adequação ao piso salarial da categoria de magistério, no valor de R\$ 1.451,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e um reais), a ser acrescido de adicional por tempo de serviço (quinqüênios) ao qual faria jus no percentual, segundo se depreende dos autos, de 25% (vinte e cinco por cento). Cumulou, ainda, pedido de cobrança das diferenças relativas às parcelas pretéritas.

A título de tutela antecipada, colimou a pronta cominação das obrigações de fazer, medida deferida, pelo juízo a quo, por vislumbrar periculum in mora (tendo em vista o caráter alimentar das vantagens perseguidas pela requerente) e a verossimilhança das alegações autorais, na medida em que, assim como o artigo 2º, §5º, da Lei nº 11.738/2008 estende o piso salarial dos professores de educação básica para os proventos de aposentadoria, seus vencimentos devem ser acrescidos das gratificações a que tenha direito.

Contrariando a decisão antecipatória, o PANELASPREV avia o recurso em tela, aduzindo, sinteticamente, o seguinte:



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

A) Impossibilidade de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública com fito de obter pagamento de vantagem a servidor;

B) Revogação do adicional por tempo de serviço pela Lei Municipal nº 839/2001, o que impede a incorporação dos quinquênios aos proventos;

C) Vedação, pelo artigo 58 da Lei Municipal nº 769/1995, §1º, à incorporação de indenizações, gratificações e adicionais ao vencimento ou provento para qualquer efeito;

D) Proibição à incidência de vantagens em "efeito cascata", segundo o artigo 59 do mesmo diploma legal;

E) Ausência de previsão relativa aos quinquênios no Plano de Cargos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público do Município de Panelas, e;

F) Natureza propter laborem da gratificação.

Vislumbrando risco de lesão ingente, o recorrente pede a atribuição de efeito suspensivo ao agravo, visando a evitar o efeito multiplicador da decisão, tendo pugnado, em sede meritória, a reforma em definitivo da decisão aqui impugnada."

Não houve recurso contra o indeferimento do pleito liminar recursal.

Em suas contrarrazões de fls. 95/106, a parte agravada cuidou em rechaçar a pretensão da parte ex adversa, aduzindo, em apertada síntese, a presença da possibilidade jurídica do pedido em sua pretensão de apenas receber seus vencimentos no valor igual ao piso da sua categoria de magistério mais a gratificação de quinquênios já incorporada ao seu patrimônio jurídico, a verossimilhança de suas alegações e o risco da demora, pois o pagamento a menor da sua remuneração como servidora pública municipal põe em risco sua própria subsistência, inexistindo falar em irreversibilidade da decisão ou na incidência das hipóteses de vedação à concessão da tutela antecipada.

Desnecessária a intervenção ministerial no feito, em face da natureza dos interesses contendidos.

É o relatório. À pauta para julgamento.

Recife, 01 de Junho de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

114.

Terceira Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento nº 304174-7 - Panelas (Vara Única)

Agravante : Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Panelas -
PANELASPREV

Advogado : Cinthia Rafaela Simões Barbosa PE32817

Agravada : Carmelita Mendes Saraiva

Advogado : Brunno Amazonas Galvão PE024795

Relator : Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

VOTO-MÉRITO

04

Do atento compulsar dos autos, tenho que os mesmos fundamentos contidos na decisão interlocutória aqui dantes prolatada servem para solucionar o mérito da presente contenda recursal.

Primeiramente, deve-se infirmar, de pronto, a tese da vedação à concessão de tutela antecipada. A questão, aliás, já se encontra superada pela jurisprudência superior, inclusive, pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, que, reconhecendo a implicação necessária entre a permissão para as liminares previdenciárias e a promoção da dignidade da pessoa humana, fez editar a Súmula nº 729, excluindo da proibição à antecipação de tutela as causas com aquele conteúdo. O Superior Tribunal de Justiça, na mesma esteira, vem decidindo, reiteradamente, como no escólio a seguir:

"ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DECORRENTE DE MOLÉSTIA GRAVE OU INCURÁVEL - PROVENTOS INTEGRAIS - MATÉRIA PACIFICADA - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA - CAUSA PREVIDENCIÁRIA - POSSIBILIDADE - SÚMULA 729/STF.

1. A Terceira Seção deste Tribunal Superior pacificou o entendimento de que a Emenda Constitucional nº 41/2003, ao extinguir o cálculo integral para os benefícios concedidos nos termos do art. 40, § 3º (aposentadorias) e § 7º (pensões) da Carta Magna e da Lei 10.887/04, excetuou, expressamente, as hipóteses em que o pagamento deve ser percebido integralmente, como no caso de servidor público aposentado por invalidez permanente, decorrente de doença grave, prevista no rol taxativo da legislação regente.

2. No caso, o Tribunal a quo reconheceu expressamente a comprovação de moléstia grave e incurável que acometeu a autora, não havendo controvérsia instaurada nos autos a respeito.

3. Esta Corte Superior de Justiça, adotando entendimento do Supremo Tribunal Federal, firmou jurisprudência no sentido da possibilidade de concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública nas causas de natureza previdenciária. Inteligência da Súmula 729/STF.

4. Agravo regimental não provido."

(AgRg no REsp 1317522/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, julgado em 13/11/2012, DJe 23/11/2012)"

Quanto ao mérito da pretensão autoral, o agravante aduz a supressão do adicional por tempo de serviço pela legislação municipal, argumento que, contudo, não conduz à rejeição do pedido autoral, na medida em que, **antes da vigência da lei supressiva, a requerente já havia incorporado o aludido direito ao seu patrimônio jurídico, gozando, portanto, de direito adquirido ao mesmo**



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

- sendo certo que tal incorporação se depreende, inclusive, da cópia do seu ato de aposentação colacionada à fl. 40 dos autos e donde se constata o reconhecimento do direito ao pagamento dessa gratificação exatamente no percentual aqui reclamado de 25% (vinte e cinco por cento).

Nesse sentido, confira-se o aresto a seguir, extraído dos anais do Supremo Tribunal Federal:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. QUINQUENIO. LEI NOVA. EXTINÇÃO DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. DIREITO ADQUIRIDO. PRECEDENTES.

1. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que a lei nova não pode revogar vantagem pessoal já incorporada ao patrimônio do servidor sob pena de ofensa ao direito adquirido.

2. A verificação, no caso concreto, da ocorrência, ou não, de violação do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada situa-se no campo infraconstitucional. Agravo regimental a que se nega provimento."

(STF, 2ª Turma, AI nº 762863/MG, Rel. Min. Eros Grau, DE em 12/11/2009).

Assim, são indiferentes a supressão operada pela legislação municipal e a falta de previsão da aludida vantagem financeira no atual Plano de Cargos e Carreira do magistério municipal - sendo digno de nota, ainda, por oportuno, que a própria parte agravante efetuava regularmente o pagamento desse adicional na esfera administrativa, muito embora em determinados períodos o tenha suprimido dos proventos pagos em favor da parte ora agravada, consoante se infere dos contracheques de fls. 41/54.

Por ter-se consolidado como direito adquirido, o adicional por tempo de serviço se incorporou ao patrimônio jurídico da agravada, **não ao vencimento ou provento** (valor base da remuneração), como quer fazer crer o agravante, nem essa é a pretensão autoral, que apenas pretende o recebimento da parcela, autonomamente e sem qualquer reverberação em outras rubricas remuneratórias, pelo que se mostra ociosa a impugnação recursal nesse sentido.

Igualmente insustentável é a tentativa do recorrente de enquadrar os quinquênios como parcela remuneratória *pro labore*, haja vista que se trata de acréscimos financeiros oriundos do tempo acumulado de serviço e não do desempenho atual e efetivo de determinada atividade.

Tem-se, pois, que a negativa de provimento ao presente recurso é medida que se impõe, tal qual, aliás, assim já se pronunciou de forma unânime este órgão colegiado fracionário nos autos do AI nº 304194-9 e AI nº 304774-7, ambos correlacionados com a presente matéria e que, bem por isso, ora nos servem de paradigma ao caso vertente.

Ante o exposto, e uma vez presentes os pressupostos do artigo 273 do Código de Processo Civil, andou bem, o Juízo a quo, ao deferir a tutela antecipada em favor da parte autora/agravada, razão pela qual voto pela **NEGATIVA DE PROVIMENTO** ao presente agravo instrumentalizado.

É como voto.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator